

-----ATA N.º 18/2021-----

---- Reunião ordinária do dia oito de setembro de dois mil e vinte e um.-----
---- No dia oito de setembro de dois mil e vinte e um, reuniu o órgão executivo ordinariamente, no salão nobre do edifício dos Paços do Concelho, com a participação de Carla Alexandra Pereira da Silva, Assistente Técnica, para redação da respetiva ata.-----
---- Foram registadas as seguintes participações: António José Martins Coutinho, Presidente; José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, Vice-presidente; Paulo César de Bastos Martins, Pedro Amadeu Fernandes Lopes Lobo, Ricardo Manuel Tavares da Silva Maria Elisabete Martins Henriques e Raul Alberto da Conceição Duarte, Vereadores.-----
---- Foi registada a falta de Ricardo Silva.-----
---- A reunião foi declarada aberta às quinze horas e quinze minutos, tendo sido dispensada a leitura da ata da reunião anterior, por ter sido enviada uma cópia, previamente, a todos os membros que estiveram presentes naquela reunião, depois de ter sido aprovada e assinada em minuta no final da mesma.-----
---- Feitas as correções, sugeridas pelo vereador Pedro Lobo, à ata da reunião de 25 de agosto de 2021, o presidente da Câmara colocou a mesma à votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, com os votos a favor de António Coutinho, Almeida e Costa, Paulo Martins, Elisabete Henriques e Raul Duarte.-----

-----Ordem de Trabalhos-----

- Candidaturas ao Incentivo à Natalidade-----
- Aquisição Amigável de Terreno para a Empreitada “Estrada de Dornelas a Silva Escura – Fase 1”-----

-----Período de Antes da Ordem do Dia-----

Resumo Diário de Tesouraria:-----

Em 03 de setembro de 2021, o “Resumo Diário de Tesouraria” apresentava os seguintes valores: operações orçamentais = €2 575 168,69 (dois milhões, quinhentos e setenta e cinco mil, cento e sessenta e oito euros e sessenta e nove cêntimos) e operações não orçamentais = € 708 356,26 (setecentos e oito mil, trezentos e cinquenta e seis euros e vinte e seis cêntimos).-----

Fundos Disponíveis: - Em 03 de setembro de 2021, os fundos disponíveis apresentavam o valor em euros de €643 389,56 (seiscentos e quarenta e três mil, trezentos e oitenta e nove euros e cinquenta e seis cêntimos).-----

Correspondência:-----

A Câmara Municipal tomou conhecimento da informação contida nos mapas, nas informações e nos outros documentos a seguir indicados:-----

- Conta Corrente de Fundos Disponíveis;-----
- Bens e Serviços – Procedimentos Lançados em 2021;-----
- Empreitadas – Procedimentos Lançados em 2021;-----
- Parecer da CCDRALentejo – Prorrogações de Empreitadas;-----
- Parecer da CCDRC – Prorrogações de Empreitadas;-----

O presidente da Câmara explicou que os pareceres disponibilizados eram genéricos. Referiu que qualquer tipo de prorrogação podia ser feita, desde que o entendimento da entidade fosse o de aceitação em relação àquilo que eram as explicações e justificações do empreiteiro.-----

Pedro Lobo interveio para dizer que o parecer já tinha sido presente a uma reunião de Câmara e que, inclusive, recordava-se perfeitamente de ter deixado uma declaração, naquela reunião, em que contestava exatamente aquilo que o presidente da Câmara tinha dito, de que havia um parecer da CCDR a autorizar a prorrogação do centro escolar. Afirmou ter contrariado essa afirmação e que o parecer da CCDR era genérico, não fazendo referência ao centro escolar.-----

O presidente da Câmara admitiu poder ter havido esse lapso, mas que tinha falado com a senhora jurista e que ela tinha dito que o parecer enviado, por si, servia para todas as situações.-----

Pedro Lobo referiu que, depois disso, o presidente da Câmara enviou à Assembleia Municipal um documento que explicava precisamente isso, dizia *ipsis verbis* que havia um parecer, emitido pela CCDR, que autorizava a prorrogação. Disse ter analisado esse parecer e que o tinha levado a uma reunião de Câmara para dizer que parecer não

autorizava a prorrogação do centro escolar, mas sim, de uma situação genérica. Relembrou ter-se absterido relativamente à primeira prorrogação de prazo e que nas duas seguintes, tinha votado contra por entender que estava, claramente, ultrapassado aquilo que se poderia considerar ser razoável. Mais disse que, quando o presidente da Câmara lhe tinha dito que havia um parecer, pensava que fosse um novo documento relativo às prorrogações seguintes. Sobre a aceitação de trabalhos a mais no centro escolar de Sever do Vouga, afirmou que a própria fiscalização disse que aceitava aqueles trabalhos a mais desde que não dessem origem a prorrogação de prazo, tendo o empreiteiro apresentado um pedido de prorrogação do prazo com base naqueles trabalhos a mais.-----

O presidente da Câmara voltou a afirmar que o parecer era sempre genérico, ou seja, explicava que, em determinadas situações, era sempre possível a prorrogação do prazo. Mais disse que, os motivos eram justificáveis porque os trabalhos a mais surgiam por imprevisibilidade, durante o decorrer da obra, com necessidade urgente da sua realização. Paulo Martins interveio para dizer que tinha votado contra essa prorrogação de prazo e que tinha deixado claro, na altura, que, a prorrogação devia-se apenas e em exclusivo à vontade do senhor presidente da Câmara querer prorrogar a obra. Referiu que o empreiteiro tinha tido 900 dias para fazer a obra e que não a tinha feito dentro desse prazo, alegando tudo e mais alguma coisa nas suas justificações que, no fim, afinal, era tudo mentira, isto é, não aconteceram.-----

O presidente da Câmara afirmou que a obra tinha tido várias prorrogações exatamente por todas essas razões apresentadas.-----

Paulo Martins disse que, na sua opinião, não se justificava uma prorrogação de mais de um ano numa obra de 600 dias. Perguntou como é que o presidente da Câmara iria assacar responsabilidades de eventuais atrasos, noutras obras em Sever do Vouga que se atrasam, depois de terem sido “perdoadas” multas no valor de quase seiscentos e vinte e cinco mil euros na obra do centro escolar? Voltou a referir não haver justificação nenhuma para a obra do centro escolar ter atrasado, porque o único setor que não parou, em Portugal, durante a pandemia, foi o setor da construção, antes pelo contrário.-----

O presidente da Câmara disse que, sempre que é verificado um atraso em qualquer obra, os empreiteiros são alertados para a situação e que, alguns deles, não se preocupam muito com isso, mesmo sabendo que vão ser multados. Afirmou que todos eles sabiam que estavam a incorrer, ou que iriam incorrer, em falha a partir de uma certa data, portanto, tinham de fazer exatamente o mesmo, virem justificar-se ou não. Disse que alguns não queriam justificar-se, pois sabiam que não podiam estar em todo o lado, enquanto outros vinham invocar motivos válidos. Independentemente da quebra na construção não ser geral, disse ter havido momentos em que as equipas começaram com dezassete funcionários e passaram para nove ou dez devido à pandemia, pois os trabalhadores circulavam juntos nas carrinhas e, entrando um em confinamento, tinham de entrar todos. Disse ter havido vários motivos para as três prorrogações, reportando-se à situação dos muros.-----

Paulo Martins disse parecer que em todas as obras aparecia, de repente, um imprevisto e perguntou se não se pensavam nas coisas antes.-----

O presidente da Câmara afirmou haver pormenores de retificação em todos os tipos de obras, ainda mais nas obras públicas.-----

Paulo Martins disse continuar a achar ter havido ali alguma coisa que não correu bem e que a Câmara Municipal tinha sido muito permissiva em tudo o que aconteceu e o cúmulo da permissividade foi a prorrogação de 430 dias.-----

O presidente da Câmara disse ser preferível ter uma obra a trabalhar a meio gás do que estar completamente parada e que isso tinha sido tomado em consideração nas análises à mesma.-----

Paulo Martins disse nunca ter sido intenção sua condenar a atuação da Câmara no caso de ter prorrogado a obra e, apesar de haver um acompanhamento da obra, alguma coisa tinha falhado.-----

O presidente da Câmara afirmou ter havido um acompanhamento da obra e que a mesma tinha fiscalização externa. Mais disse que todos os pormenores e os relatórios eram analisados e verificada a situação e que tudo isso tinha de ser ponderado na hora para decidir como é que se ia fazer, sempre com a promessa do empreiteiro que, mesmo com menos gente, ia andando, mas sem repor o número de trabalhadores inicial, isso, só por

si, já era suficiente para ir atrasando e foi o que aconteceu ali em vários momentos da obra.-----

Pedro Lobo voltou a intervir para sublinhar que as prorrogações eram contrárias àquilo que o próprio parecer dizia, ou seja, o senhor presidente da Câmara garantia, num documento escrito que entregou à Assembleia Municipal, que aquele parecer autorizava a prorrogação da obra do centro escolar.-----

O presidente da Câmara afirmou que os pareceres não autorizavam prorrogações, apenas apresentavam a sua opinião jurídica.-----

– Procedimento do Muro do Vilarinho.-----

Intervenções:-----

O presidente da Câmara disponibilizou, em mão, um documento com informação sobre os perfis do volume de aterro da obra da “Estrada de Dornelas a Silva Escura – Fase I”. Relativamente à presença do técnico da empreitada do “Muro da Estrada do Vilarinho”, solicitada por Pedro Lobo, disse não ter sido possível, uma vez que ele tem estado de férias. Referiu que, os documentos disponibilizados na presente reunião, para conhecimento do executivo, continham o processo completo do muro do Vilarinho, obra que tinha custado muito mais do que dez mil euros, adjudicada através de concurso público.-----

Pedro Lobo interveio para dizer que, quando esteve no local, alguém lhe tinha dito que o muro teria custado sessenta mil euros e que, se fosse o mesmo muro, considerava que dez mil euros era caro. De seguida, perguntou se já tinha sido feita alguma coisa para a criação do regulamento que ajuda na fixação dos médicos de família.-----

O presidente da Câmara disse que o regulamento não era para isso, era para o reforço de apoios com o objetivo principal de ajudar à fixação dos médicos e informou que o documento estava a ser estudado pela jurista do município, de forma a elaborar uma minuta do regulamento. Mais informou ter solicitado um parecer, à CCDR, sobre a sua legalidade, deduzindo que o mesmo virá, também, de uma forma genérica. Disse continuar a ter dúvidas se esses apoios serão legais, ou não, independentemente dos exemplos que foram apontados em reunião de Câmara e na Assembleia Municipal, uma vez que a jurista do município analisou os regulamentos do Cartaxo e de Aljezur e considerou que os mesmos eram ilegais à face da lei. Resumindo, disse estar a aguardar o parecer da CCDR para saber de que forma podem ser plasmadas, no regulamento, determinadas situações. Sobre a colocação dos médicos, informou que isso já estava realizado e que faltava proceder à distribuição do serviço.-----

-----Período da Ordem do Dia-----

Candidaturas ao Incentivo à Natalidade: - Na sequência dos requerimentos apresentados ao abrigo do regulamento, a Técnica Superior do serviço de Ação Social elaborou uma informação interna sobre mais cinco candidaturas ao incentivo à natalidade. Analisada a informação, a Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, apoiar os seguintes candidatos em €250,00 (duzentos e cinquenta euros) cada:-----

- Ana Beatriz Coutinho Corgas;-----
- André Filipe Martins da Silva;-----
- António Carlos Pinhão Nunes;-----
- Helena Isabel de Jesus Fernandes;-----
- Luís Filipe Carvalho Almeida.-----

Votação: A favor – António Coutinho, Almeida e Costa, Paulo Martins, Pedro Lobo, Elisabete Henriques e Raul Duarte.-----

Aquisição Amigável de Terreno para a Empreitada “Estrada de Dornelas a Silva Escura – Fase 1”: - Foram presentes e analisados os seguintes autos de aquisição amigável de terreno, para a empreitada “Estrada de Dornelas a Silva Escura – Fase 1”, pela via do direito privado, cujas diligências foram efetuadas pelo Vice-presidente da Câmara Municipal, assumindo a Câmara a satisfação dos encargos que deles constam, para:-----

A cedência gratuita, por parte de Manuel Pereira da Silva, com o NIF 105980706 e António da Silva Tavares Roge, com o NIF 182317811, de 11m² de uma parcela de terreno a desanexar do prédio rústico inscrito sob o artigo matricial número 9679, da União das Freguesias de Silva Escura e Dornelas.-----

Votação: A favor – António Coutinho, Almeida e Costa, Paulo Martins, Pedro Lobo, Elisabete Henriques e Raul Duarte.-----

-----Período Destinado ao Público-----

Carlos Alberto Henriques Tavares, residente na freguesia de Pessegueiro do Vouga, interveio para dizer que ainda aguardava o envio de documentação sobre a colocação de lombas em Pessegueiro do Vouga, tal como lhe tinha sido dito na última reunião pública em que esteve presente. Mais disse que a ata dessa reunião ainda não se encontrava disponível no site do município. Manifestou o seu descontentamento com a colocação das lombas e disse existirem soluções muito mais interessantes, do ponto de vista da comunicação da utilização da estrada, do que lombas. Continuando, voltou a alertar para a ocupação florestal na zona posterior ao Pingo Doce e ao Centro de Saúde de Sever do Vouga. Por fim, perguntou se o plano municipal de defesa da floresta contra incêndios estava atualizado.----

Sobre o atraso no envio da documentação, o presidente da Câmara disse que isso podia ser devido ao facto de ser um um período de férias, mas que a documentação ser-lhe-ia enviada. Quanto às lombas, explicou que a sua colocação tinha sido reivindicada pelos órgãos autárquicos da freguesia de Pessegueiro do Vouga e, ainda, por um membro do público, em representação de alguns moradores, numa das sessões descentralizada da assembleia municipal realizada naquela freguesia. Relativamente à limpeza da zona florestal, explicou que o procedimento passava pela notificação, à luz da lei, dos respetivos proprietários. Mas que, o local mencionado não obrigava à limpeza da faixa de gestão por estar inserido numa zona urbana. Quanto ao plano municipal de defesa da floresta contra incêndios, informou que uma atualização do mesmo tinha sido enviado para o ICNF, mas que enquanto esse não fosse aprovado, vigorava o plano atual. De qualquer forma, ficava registado o alerta. -----

Manuel Vasconcelos, residente na vila, veio alertar para o grave problema dos javalis, uma vez que os mesmos tinham-lhe estragado por completo uma plantação de batatas, localizada no lugar da Gândara, Pessegueiro do Vouga, e que, agora com a plantação do milho, tinha receio que voltasse a acontecer o mesmo. Perguntou o que é que as forças ali representadas tinham feito, ou iam fazer, para combater aquela praga. -----

O presidente da Câmara disse que, infelizmente, atualmente, a quantidade de javalis estava quase incontrolável a nível do concelho, pois, durante o período de confinamento, pelo menos, e até há pouco tempo, foi proibida a caça ao javali e as batidas, que são coordenadas pelas associações de caçadores. Disse haver três associações de caçadores no concelho e que uma delas não abrangia aquela zona da Gândara, nem da Senhorinha. Mais disse que era uma associação de Albergaria-a-Velha, mais propriamente a Associação de Caçadores da Branca, que se responsabilizava por essa zona, que nem sequer alimentava os javalis. Mais informou haver intenção de passar aquela zona, e a encosta do Rio Mau, para uma associação do concelho, estando já marcada uma reunião do Conselho Cinegético, que é constituída por caçadores e associativas e o ICNF, para aprovar a anexação daquela parte à Associativa de Silva Escura e Dornelas, que, a partir daí, será a responsável pelos animais - pela sua alimentação, pelo seu confinamento, pela orientação de onde eles ficam pela organização das batidas. Disse esperar que, daí, surjam alguns abates para ver se controlam melhor a avalanche de javalis. Por fim, disse que iria transmitir aquilo que o senhor Manuel Vasconcelos tinha dito ao ICNF na reunião marcada para o dia seguinte à reunião.-----

---- Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta reunião, cuja ata em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir eficácia imediata, tendo sido elaborada a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente deste órgão e por quem a redigiu.-----
